



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

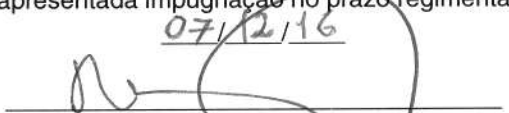
### **ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.**

Às 13h53min do dia 30/11/16, no Plenário Camil Caram, sob a presidência do vereador Professor Ronaldo Gontijo e com a presença dos vereadores Juninho Los Hermanos, Lúcio Bocão e Sérgio Fernando Pinho Tavares, reuniu-se a Comissão de Legislação e Justiça da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de ata: não tendo recebido impugnação da ata da 39ª Reunião Ordinária, realizada em 23/11/16, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. III - Discussão e votação: EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 2.045/16 – “Institui o Programa Municipal de Desenvolvimento da Produção Artesanal e de Incentivo à Produção de Cervejas e Chopes artesanais no município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Pablo César-Pablito. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Juninho Los Hermanos, pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade. 2) Projeto de Lei nº 2.059/16 – “Altera a Lei nº 8.616/2003”. Autoria: Executivo-Mensagem nº 39, de 14/10/16. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade. EM REDAÇÃO FINAL: foi aprovada, por unanimidade, a proposta de redação final dos seguintes projetos: 1) Projeto de Lei nº 1.384/14 – “Cria o Parque Regional Oeste e dá outras providências”. Autoria: vereador Juliano Lopes. 2) Projeto de Lei nº 1.404/14 – “Altera a lei 10.604 de janeiro de 2013 que dispõe sobre os princípios, as diretrizes e os objetivos da política de atenção integral à saúde do Homem no Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Dr. Nilton. 3) Projeto de Lei nº 1.723/15 - “Institui o Dia do Advogado Público do Município de Belo Horizonte e dá outras providências”. Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares. 4) Projeto de Lei nº 1.788/15 - “Acrescenta dispositivo à Lei nº



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7.210/1996, que 'Estabelece critérios para a publicação das leis do Municípios e para a publicidade do Executivo''. Autoria: vereador Juninho Paim. 5) Projeto de Lei nº 1.871/16 - "Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento à Cultura e dá outras providências". Autoria: Executivo-Mensagem nº 11, de 14/3/16. 6) Projeto de Lei nº 1.872/16 - "Revoga a Lei Municipal que dispõe sobre a concessão de títulos declaratórios de utilidade pública". Autoria: vereador Heleno. 7) Projeto de Lei nº 2.008/16 - "Institui a Operação Urbana Simplificada do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais". Autoria: Executivo-Mensagem nº 31, de 21/7/16. 8) Projeto de Lei nº 2.026/16 - "Dá o nome de José do Carmo de Miranda à Praça Quatro Mil Duzentos e Setenta e Nove, no bairro Minascaixa no Município de Belo Horizonte". Autoria: vereador Juninho Los Hermanos. 9) Projeto de Lei nº 2.028/16 - "Altera a Lei nº 9.076, de 18 de janeiro de 2005, que 'cria o Parque Ecológico e Cultural Vitória' e dá outras providências". Autoria: vereador Tarcísio Caixeta. 10) Projeto de Lei nº 2.029/16 - "Dá o nome de Afonso Lara à Rua 4560, entre a Rua Padre Pedro Pinto e Rua Santo Antônio, em Venda Nova". Autoria: vereador Silvinho Rezende. 11) Projeto de Lei nº 2.043/16 - "Dá nome à rua que menciona no Bairro Jaqueline". Autoria: vereador Coronel Piccinini. EM TURNO ÚNICO: Projeto de Lei nº 2.044/16 - "Dá o nome de Shimon Peres à Praça a ser instalada no terreno localizado na Rua Dr. Javert Barros com Av. José de Oliveira Vaz no bairro Buritis em Belo Horizonte". Autoria: vereador Pablo César-Pablito. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Professor Ronaldo Gontijo, pela juridicidade e pela aprovação. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 14 horas. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p align="center"><b>ATA APROVADA</b> (art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno) distribuída em avulso, no dia <u>30/11/16</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental. <u>07/12/16</u>  _____ Presidente</p>
--